

QUANDO PISO EM FLORES



PPGS UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



QUANDO PISO EM FLORES



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

Cidades, representações sociais
e experiências
na Amazônia Maranhense



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

Fotos de Jesus Marmanillo Pereira e

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Profª Drª Alana Maria Cerqueira de Oliveira – Instituto Federal do Acre

Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Ana Paula Florêncio Aires – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná



Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof. Dr. Miguel Adriano Inácio – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista



Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Clodomir Cordeiro de Matos Júnior
Karina Almeida de Sousa
Wheriston Silva Neris

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M433 Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de
Quando piso em flores: cidades, representações sociais e
experiências na Amazônia Maranhense /
Organizadores Clodomir Cordeiro de Matos Júnior,
Karina Almeida de Sousa, Wheriston Silva Neris. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0539-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.399220209>

1. Ciências Sociais. 2. Saúde. 3. Tecnologia. I. Matos Júnior, Clodomir Cordeiro de (Organizador). II. Sousa, Karina Almeida de (Organizadora). III. Neris, Wheriston Silva (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



“Quando piso em flores
Flores de todas as cores
Vermelho sangue, verde-oliva, azul colonial
Me dá vontade de voar sobre o planeta
Sem ter medo da careta
Na cara do temporal.”

Boi de Haxixe, Zeca Baleiro, 1999.

APRESENTAÇÃO

O livro *Quando piso em flores: cidades, representações sociais e experiências na Amazônia maranhense* é fruto dos esforços dos/as docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS). O programa está vinculado ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) na cidade de Imperatriz, município localizado na região Sudoeste do Maranhão, porção do estado que compreende a parte maranhense da Amazônia Brasileira.

O PPGS iniciou suas atividades em 05 de setembro de 2018, quando da sua aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), e tem em seu quadro docente profissionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos campi de Imperatriz, Bacabal, São Bernardo e São Luís, e da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Tocantinópolis.

Este livro ganha importância inaugural por ser a primeira coletânea organizada pelos(as) docentes e discentes que compõem o PPGS, dando vazão e forma às múltiplas agendas e temas que permeiam as duas linhas de pesquisa do programa e os interesses investigativos do grupo. Nessa perspectiva, o livro representa um dispositivo capaz de dar visibilidade à produção realizada no âmbito da universidade pública.

*Quando piso em flores*¹: *cidades, representações sociais e experiências na Amazônia Maranhense* é o nome que escolhemos para nossa primeira publicação, pois de forma simultânea nos remete a dois contextos distintos e intercambiados. Pisar sobre flores é, de certa forma, uma boa metáfora para as experiências de um programa de pós-graduação em seus anos iniciais, principalmente quando nos voltamos para os desafios de propor, aprovar e consolidar cursos dessa natureza no interior do estado do Maranhão, ao mesmo tempo circunscrito no Nordeste brasileiro e na Amazônia Legal², território marcado por grandes desigualdades em relação ao restante do Brasil. Nessa perspectiva, caminhar com cuidado e solidez também é nosso desafio, pois estamos envolvidos em um processo de implantação de um programa de pós-graduação em regiões de baixa oferta de vagas nesse nível de formação, fruto da desigualdade histórica do sistema de ensino e da produção científica no país.

Além disso, esse título traduz nosso cotidiano pessoal e profissional durante esses dois anos e meio de suspensão de nossas atividades presenciais devido à necessidade

1. Verso extraído da música *Boi de Haxixe*, composta por Zeca Baleiro para o álbum *Vô Imbolá* (1999).

2. A Amazônia Legal, instituída pela Lei Federal 1.806/1953, engloba nove estados do Brasil e foi instituída pelo governo brasileiro como forma de planejar e promover o desenvolvimento social e econômico dos estados da região amazônica.

de isolamento físico associado ao enfrentamento da pandemia causada pelo SARS-CoV-2³. Durante esse momento nossas atividades profissionais, aulas, orientações, pesquisas, reuniões e encontros de corredores passaram a ser mediados por tecnologias estranhas para quase todos nós, docentes, discentes, gestores e técnicos administrativos da universidade. O cuidado com o qual se pisa em flores, nessa ótica, traduz parte do nosso caminhar coletivo, que apesar de solitário é sensivelmente resistente e esperançoso.

O livro está dividido em três sessões e materializa o trabalho de uma rede de pesquisadores que tem se mobilizado na construção de interpretações e reflexões a respeito do estado do Maranhão e da chamada região tocantina, marcada por fronteiras e transições entre as regiões Norte e Nordeste do país. Seu conteúdo é permeado por artigos produzidos a partir de dissertações defendidas em 2021 por nossa primeira turma de formandos e por trabalhos elaborados em diálogo com pesquisas que estão em andamento no programa. Promovendo a divulgação e circulação desse material, rico em aportes teóricos e metodológicos produzidos sob os mais diferentes ângulos e perspectivas, pretendemos contribuir com a produção do conhecimento científico em terras maranhenses, estimulando debates e reflexões sobre os múltiplos objetos e temas que permeiam as páginas que compõem esse livro.

Esperamos que a publicação desse volume possa contribuir para a difusão do conhecimento e servir de fonte de consulta para pesquisadores, gestores públicos e planejadores de políticas públicas, contribuindo de maneira sensível para o desenvolvimento do Estado e o alargamento de seus preceitos democráticos⁴.

A primeira parte do livro, intitulada *Cidades, Representações Sociais e Experiências Urbanas na Pandemia*, agrupa quatro artigos escritos por professores e discentes do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Imperatriz, Maranhão. Os capítulos desta etapa inicial do livro versam, através de diferentes abordagens teóricas e do manejo de repertórios metodológicos multifacetados, sobre as cidades, os sujeitos que lhe dão forma e suas experiências, especialmente durante a crise sanitária associada à Pandemia do COVID-19.

3. O coronavírus SARS-CoV-2 é responsável pela Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de alcance global.

4. A publicação do livro contou com o inestimável financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPE-MA) através do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) e Apoio aos Programas de Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação em Áreas Prioritárias no Estado (Edital 18/2020).

O artigo que abre nossa obra, *Notas introdutórias sobre as Cidades na literatura sociológica clássica*, escrito por Angélica Lima Melo e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, apresenta de maneira sumária, com grande valia para os leitores que pretendem percorrer os passos do processo de legitimação das cidades e seus sujeitos como objeto das Ciências Sociais, algumas das contribuições de autores de significativa importância para a formação da Sociologia enquanto ciência. Explorando, de maneira introdutória, algumas das principais obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Émile Durkheim, Max Weber e George Simmel, o texto abre aos neófitos e estudiosos das cidades o acesso a alguns dos aportes teóricos e metodológicos decisivos para sua compreensão sob uma perspectiva sociológica. Trilhando os caminhos que permitiram que os estudos sobre as cidades, antes objetos presentes de maneira transversal em muitos escritos da área, ganhassem legitimidade e importância na área da nascente ciência social, ganha destaque no texto de maneira sensível a compreensão das múltiplas transformações, sujeitos e questões que emergem associados às dinâmicas das cidades contemporâneas. Desprendendo-se das dinâmicas do campo, o homem da cidade rompe com suas formas de vida anteriores a partir da fluidez e ritmo da vida urbana, forjando arranjos culturais, sociais, econômicos, políticos e trabalhistas que transformam as formas de viver e compreender os contextos citadinos.

O segundo capítulo dessa sessão, intitulado *Estigmatização Territorial: a ocupação urbana da Vila Esperança em Imperatriz - MA* e escrito por Glenda Almeida Matos Moreira e Jesus Marmanillo Pereira, examina os processos de construção social dos estigmas relacionados aos territórios na cidade de Imperatriz através das experiências da ocupação urbana da Vila Esperança. Valendo-se de uma metodologia multissituada, que envolveu uma etapa etnográfica, contatos virtuais e pesquisas em arquivos, especialmente documentos históricos e fontes jornalísticas, os autores revelam como questões ligadas à posse da terra e relatos acerca da violência passam a compor o repertório de representações acionados nas narrativas acerca da comunidade e seus moradores, traçando hierarquias e fronteiras simbólicas em torno dos espaços das cidades e seus sujeitos. Adentrando o campo dos estudos dos estigmas (GOFFMAN, 2008) por meio das representações que permeiam reportagens jornalísticas, relatórios oficiais e discursos de lideranças locais, narrativas permeadas pelas categorias “invasão”, “ocupação”, “bairro” e/ou “comunidade” nos remetem, segundo os autores, a conflitos, interesses e disputas classificatórias em torno das maneiras de “viver na” e “ocupar a” cidade de Imperatriz, região sul do Estado do Maranhão.

O terceiro capítulo dessa primeira parte do livro, *As modificações no consumo de Panelada⁵ em Imperatriz - MA durante a Pandemia de Covid-19*, escrito por Greacy Kelly

5. A panelada é uma preparação cozida feita a partir dos miúdos de gado muito apreciada em alguns estados do Brasil,

Rodrigues Azevedo e Emilene Leite de Sousa, apresenta, de maneira sensível e pontual, algumas das questões que envolveram as transformações das dinâmicas alimentares e das práticas de consumo dos moradores da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social acionado no combate ao Covid-19.

Analisando o perfil do público consumidor desse tradicional prato do Nordeste do Brasil, seus espaços de consumo distribuídos pela cidade e as mudanças que permeiam as práticas alimentares durante a Pandemia por meio de uma pesquisa que envolveu etapas qualitativas e quantitativas, as autoras aportam questões significativas para os estudos sobre a interface entre alimentação, cultura e sociedades. Ao identificar transformações significativas nas dinâmicas de consumo da panelada, especialmente quando são colocados em tela espaços, horários e frequências, o texto nos permite compreender, sob a ótica dos habitantes de uma cidade do Sul do Maranhão, os sentidos e as conexões entre comida, tradição e consumo durante uma crise sanitária de proporções ainda incalculáveis.

O último capítulo dessa sessão inicial, *Motoristas Urbanos em tempos de Covid-19: representações sobre cotidiano, medo e trabalho em Imperatriz, Maranhão, Brasil*, escrito por Ana Paula Pinto Pereira e Clodomir Cordeiro de Matos Júnior, analisa as experiências e representações dos motoristas urbanos, especialmente aqueles que trabalham por aplicativos, da cidade de Imperatriz, Maranhão, durante o período de isolamento social estimulado pelo combate à Pandemia do Covid-19.

Explorando as narrativas e representações desses sujeitos acerca das questões econômicas, sociais e culturais que envolvem o exercício de suas atividades por meio da aplicação de questionários com esses interlocutores, os autores revelam alguns dos sentidos associados ao “mundo do trabalho” e suas possibilidades durante um período que envolveu profundas transformações em suas rotinas de trabalho, rendimentos e expectativas. Através das narrativas e impressões desses sujeitos acerca do cotidiano, seus medos e relações de trabalho durante o período de isolamento social, alguns dos ajustes comportamentais e subjetivos possíveis durante a Pandemia ganham forma, aguçando o olhar sociológico para a compreensão dos sujeitos responsáveis pelo transporte urbano de pessoas no Maranhão durante a presente crise sanitária.

A segunda parte do livro reúne quatro artigos escritos, igualmente, por professores, orientandos e/ou colaboradores do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal

do Maranhão, Campus de Imperatriz, agrupados aqui em torno dos seguintes eixos temáticos: *Grupos Étnicos, Religiões e Narrativas de Resistência na Fronteira Amazônica Maranhense*. Antes que a leitura dos textos submeta ao leitor o veredicto sobre a melhor forma de organizá-los, parece-nos que apresentar alguns motivos que justificariam esse modo de exploração das suas afinidades substantivas constituiria um bom guia de leitura. Apenas três, a título de sugestão e para não sermos muito longos.

Começaríamos, em primeiro lugar, pela sensibilidade manifestada aos modos de produção de saberes e conhecimentos contextualizados, o que constitui um convite para que os leitores exercitem a escuta compreensiva e experimentem escalas e perspectivas variadas de observação que não necessariamente correspondem às suas. Antes de um obstáculo, a pluralidade dos marcos teóricos e a interdisciplinaridade intrínsecas favorecem, por seu turno, a inventividade das escolhas metodológicas, construindo um cardápio variado e pedagogicamente útil sobre a construção de objetos sociológicos. Por fim, e não menos importante, os autores ocupam uma posição epistemológica que não deixa de ter afinidades com o próprio lugar social e institucional dos pesquisados. Desse lugar, não apenas conseguem ecoar as vozes de subjetividades resistentes, dotadas de graus variáveis de reflexividade, como também articular-se aos debates e tendências mais recentes no universo cada vez mais plural e diversificado das Ciências Sociais contemporâneas.

Essas diferentes dimensões de análise estão presentes desde o primeiro dos capítulos desta seção, *Índigenas Krikati e mulheres quebradeiras de coco babaçu na Amazônia Maranhense*, de autoria de Francisca Regilma, Leandro Araújo e Vanda Pantoja, o qual analisa comparativamente as formas de existência e resistência de dois grupos extrativistas, subalternizados, na/da fronteira amazônica maranhense, a saber: os indígenas pertencentes à Etnia Krikati e as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Para responder à questão primeira de saber como esses sujeitos narram, concebem, vivenciam as experiências de ameaças e conflito e se autodefinem para defender sua existência, os autores nos convidam para um desafiante, rigoroso e sensível exercício de imaginação sociológica.

Desafiante, em primeiro lugar, pela tentativa de desenvolver uma escuta atenta às similaridades e particularidades de dois grupos subalternos que elaboram, em diversos níveis e graus, formas de resistência política contra as múltiplas opressões a que são sujeitos. É aqui, inclusive, que encontramos a validade da proposta dos autores de conceber essas ações de resistência tanto em um plano que qualificam de *infrapolítico*, ou seja, em suas formas e manifestações mais comunitárias, cotidianas, discretas e/ou silenciosas; quanto em suas dimensões, digamos, mais *estritamente políticas*, posto que acionadas em

situações de mobilizações coletivas publicizadas, em conexão com o universo ordinário da representação política especializada ou sob formas reconhecidamente políticas (movimentos, sindicatos, organizações, associações, etc.).

Para enfrentar tal natureza de questões, em segundo lugar, o leitor será convidado para um exercício relativamente rigoroso de compreensão das bases teóricas da pesquisa (perspectiva crítica, decolonial), da metodologia empregada (método etnográfico) e do *corpus* conceitual que subsidia a proposição de um outro olhar sobre os sujeitos e sujeitas da pesquisa. É com base nesse conjunto articulado que os autores visam compreender como estes realizam a mediação entre esferas sociais, elaboram estratégias diferenciadas e adaptáveis face às políticas públicas, os quais não apenas dão mostras das “subjetividades resistentes”, “ativas”, como também constituem uma contribuição para pensar a própria construção de “conhecimentos localizados”, contextuais.

Trata-se aqui, sem dúvida, da exploração de uma perspectiva sensível à pluralidade epistemológica do mundo, dentro da qual se inclui a dos próprios pesquisadores, que também se esforçam para problematizar suas próprias experiências e lembranças como sujeitos e sujeitas que compartilham de memórias camponesas e coabitam o espaço recortado. A fronteira mencionada demarca, portanto, não apenas um lugar de conflitos, de exploração, de ausência de empatia e de produção de alteridades; ela delimita tanto um lugar de existência, resistência e sonhos, como também uma escala de observação e reflexão epistemológicas.

Essa mesma sensibilidade é encontrada no próximo artigo da seção, intitulado “*NOSSA CASA ERA O CHAPÉU*”: *Mobilidade e parada como questões para compreender os ciganos Calon em São João do Paraíso (MA)*, de autoria de Janeide Cavalcante, Wellington Conceição e Edilma Monteiro. O objetivo da pesquisa é analisar a construção da identidade dos ciganos na cidade de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, tendo em vista uma série de representações estereotipadas e etiquetas que lhes são atribuídos pelos moradores da referida cidade. Metodologicamente a pesquisa recorre a entrevistas e à observação direta com duas famílias ciganas, a fim de compreender os condicionantes da presença e as motivações para fixação dessas famílias no espaço em pauta.

Após realizarem necessária historicização dos conceitos e refletirem sobre o imaginário e estigmas construídos sobre os ciganos, os autores retomam então as narrativas do processo de instalação de famílias ciganas na cidade, demonstrando como essa experiência reproduz, em pequena escala, uma figuração universal representada pela divisão entre *Estabelecidos* e *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000). De um lado, aos *Estabelecidos* corresponderia a posição “superior” dos moradores da região, que emitiam juízos negativos a respeito dos ciganos como pessoas de estirpe “inferior”;

noutro, os *Outsiders*, representados pelos ciganos recém-chegados, os quais eram vistos como “ameaças”, como portadores de comportamentos e costumes indesejáveis ou recorrentemente submetidos a julgamentos depreciativos.

A reconstituição cuidadosa dessa sociodinâmica da estigmatização de um ponto de vista histórico contextual, e com base nas próprias falas dos ciganos abre aos autores, então, a oportunidade para refletir sobre uma série de particularidades das reconfigurações identitárias dentro das relações grupais em pauta (reenquadramento do passado; ethos grupal, limites de pertencimento, dinâmicas de parentescos e alianças), que vale a pena atentar na leitura. Vide, por exemplo, nas falas dos entrevistados como se redefine a dualidade entre *andador* e *morador*; entre *nômades* e *sedentários*, ao que se vincula, inclusive, o título do capítulo. Ou até mesmo a questão dos efeitos de estigmatização grupal sofridos pelos ciganos, as estratégias esquivas e os “reendereçamentos” que podem provocar nas relações intragrupais. Seja como for, ao fim e ao cabo, os autores demonstram como os ciganos conseguem (res)significar suas identidades sociais em uma tensão constante entre as representações e categorizações estigmatizantes que lhes são impostas, e as suas formas de resistência, simbolização de unidade e luta pelo reconhecimento de uma forma particular de ser e estar no mundo social.

No terceiro artigo desta seção, intitulado *OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: Condicionantes e lógicas do engajamento político de lideranças pentecostais da Igreja Assembléia de Deus em Imperatriz - MA*, Bezaliel Alves e Wheriston Neris objetivam analisar as intersecções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas simultaneamente coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI). Com base no recurso a diversas estratégias metodológicas combinadas, tais como observação direta, entrevistas, exploração de arquivos e publicações institucionais, os autores levantam questões pertinentes a respeito das modalidades, processos e condicionantes dessa forma de participação política, com foco especial sobre os agentes mais destacados por esses trânsitos e mediações.

Enfrentando o desafio de objetivar uma denominação religiosa bastante representativa no Brasil e particularmente na região imperatrizense, os autores articulam quatro principais eixos de exploração da temática. Em primeiro lugar, realizam um balanço breve das produções bibliográficas nacionais a respeito da atuação evangélica na política brasileira, com a finalidade de delimitar os contornos, padrões e peculiaridades dessa interação entre as esferas religiosa evangélica e o campo político. Em seguida, os autores trazem elementos para compreender os processos de institucionalização e de recomposição organizacional da Assembleia de Deus em uma região de forte presença evangélica, como

aquele que caracteriza a fronteira amazônica maranhense. Na sequência, são os padrões, modos de filtragem, os princípios de seleção e preparação que são destacados ao lado dos perfis sociais dos entrevistados, revelando algumas das recorrências nas triagens que operam dentro da ordem institucional. Por fim, e não menos importante, buscam explorar as percepções de lideranças locais selecionadas a respeito das relações mantidas com as instâncias e dinâmicas convencionais da política (partidos, eleições, bases ideológicas, pautas e modos de representação).

Com efeito, à semelhança dos demais capítulos reunidos, reencontramos aqui um esforço instrutivo de combinação entre três níveis de análise cuja articulação parece bastante útil para orientar estudos sobre o tema em pauta. De início, pelo esforço de retomar uma rica e diversificada bibliografia no campo das Ciências Sociais que, embora não constitua propriamente uma novidade temática, tem produzido excelentes contribuições para pensar as relações complexas entre Igrejas Evangélicas, candidaturas e eleições no Brasil. Em segundo lugar, destacaríamos a opção por discutir as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do *ethos religioso*, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política, como será visto.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, podemos observar então as propriedades sociais destes agentes, o que constitui etapa fundamental para evitar alguns vícios de linguagem, como caracterizar, por exemplo, instituições, grupos e/ou coletivos religiosos como unidades homogêneas. É desse ângulo, inclusive, que vale a pena estudar as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

A questão da variação de escalas, da construção identitária e dos processos de estigmatização voltam à cena, por seu turno, no instigante estudo de Bruno Barros dos Santos e Rogério de Carvalho Veras, intitulado: *Maria Bonita de Tocantinópolis: história de vida de uma mãe-de-santo do Norte Tocantinense*. A escala aqui já não é a de coletivos ou grupos, mas declaradamente individual. Trata-se de explorar as narrativas de vida de Maria do Rosário - mais conhecida como Maria Bonita - suas entidades e de algumas de suas filhas de Santo, bem como diversas anotações registradas em caderno de campo

ao longo de diversos anos de pesquisa (2010-2015) na Tenda Jorge Guerreiro, cidade de Tocantinópolis - TO, para problematizar dimensões importantes das experiências identitárias de religiões afro-brasileiras na região.

Quer dizer, ao acompanhar com profundidade as memórias de diversos informantes - incluídas aquelas obtidas em várias entrevistas e conversas com a referida mãe de santo – reencontramos não apenas as particularidades e vicissitudes de uma trajetória única, como também parte da realidade social e coletiva de umbandistas estigmatizados e de mulheres negras e independentes no espaço em pauta. Porém, convém notar que embora a religião seja tomada como um dos fios condutores da reconstituição de sua história de vida pelos autores, notadamente as relações com os guias espirituais, a análise das diversas etapas, ciclos e esferas de vida da personagem são tomadas como processos bastante dinâmicos, plurais e não evidentes.

Nesse sentido, parece adequada a definição dos autores de que a história de vida de Maria Bonita nos é apresentada sob o signo da pluralidade e da resistência. A começar pelos diferentes papéis que assumiu ao longo de sua vida e dos estigmas e categorizações que recebeu na condição de mulher, mãe e sacerdote de umbanda, entre outras. Soma-se a isso o fato de que, nessas condições, o *fazer-se mãe de santo* resulta de um processo complexo de mediação que interpenetra o sagrado e o profano; o íntimo e o coletivo; a liberdade e o dever, enfim, exigindo toda uma série de negociações e acordos. Por fim, e não menos importante, a própria diversidade dos relatos, as lacunas e os novos fragmentos de memória acionados pelos vivos a respeito da médium denotam que, mesmo com sua partida, sua história de vida se renova continuamente através dos relatos e memórias produzidas no tempo presente.

Os capítulos que compõem a Parte III, *Instituições, Sujeitos e Experiências*, voltaram-se ao estudo das instituições e da agência dos sujeitos no Estado do Maranhão. As pesquisas apresentadas direcionam-se, particularmente, a grupos que possuem uma experiência e conhecimentos socialmente subalternizados, a partir de clivagens sociais como geração, gênero, raça e dependência química.

O capítulo de autoria de Jéssica Lima e Emilene Sousa destaca a distinção entre o fazer antropologia *sobre* as crianças e *com* as crianças. As pesquisadoras dedicam-se à análise da autonomia infantil em situações de abrigo, a partir da análise da Casa da Criança, uma instituição de acolhimento com sede na cidade de Imperatriz/MA. O

texto aprofunda-se nas estratégias de autonomia desenvolvidas pelas crianças quando inseridas em um espaço institucional caracterizado pelo cuidado/vigilância excessiva do Estado. A partir da pesquisa etnográfica (GEERTZ, 1989), as pesquisadoras exemplificam as formas de desenvolvimento da agência infantil na experiência das crianças em situação de institucionalização.

Na linha dos estudos que se voltam à análise das instituições sociais e da agência dos sujeitos, a pesquisadora Ana Luísa Naslauský e o pesquisador Wellington Conceição apresentam um estudo voltado à relação entre drogas e moralidade na sociedade brasileira, a partir da análise de matérias jornalísticas publicadas no estado do Maranhão. O capítulo resgata, de modo sucinto, o histórico e perfil do proibicionismo na política de drogas no país e a análise da recepção das políticas de drogas sob o viés das moralidades. Respaldados por este histórico, os pesquisadores propuseram uma análise do proibicionismo como estratégia utilizada pela política de drogas por meio do discurso midiático. Com foco nas reportagens publicadas pelos principais portais de notícias do estado do Maranhão os pesquisadores concluem que a abordagem proibicionista, particularmente pelo viés da criminalidade, baseia-se em aspectos da moralidade tais como referências religiosas, atuando como reforço para a definição dos estereótipos atribuídos ao grupo.

As pesquisadoras Luiza Lepos e Vanda Pantoja, autoras do capítulo *Uma análise do gênero na educação básica a partir dois livros didáticos de sociologia*, apresentaram um estudo minucioso sobre o lugar das pesquisadoras na produção do conhecimento nas Ciências Sociais, em especial no que toca à produção científica sobre gênero. A análise parte da adoção de métodos qualitativos e quantitativos dos livros didáticos de sociologia adotados pelas escolas públicas com sede na cidade de Imperatriz/MA. A perspectiva teórica adotada pelas autoras considera os processos de exclusão da mulher na esfera pública como imposição de um sistema moderno colonial de gênero (LUGONES, 2014b). A abordagem decolonial é, portanto, apresentada como fundamental para a compreensão da interseccionalidade étnico-racial, classe e sexualidade. O capítulo expõe um histórico sobre a presença da sociologia no ensino médio, seguido pela análise dos documentos institucionais, como os PCNs e o PNLD. Como conclusão, as autoras apresentam uma crítica à produção científica, em especial sobre gênero, respaldada por uma teoria eurocentrada e masculinista, reproduzindo desta feita, uma série de desigualdades de gênero.

O último capítulo da Parte III buscou compreender a ação da Polícia Militar frente aos casos de violência doméstica na cidade de Imperatriz/MA. Os autores Edisio Junior e Maciel Cover utilizam-se da observação participante, propiciada pelo vínculo institucional do primeiro autor à Polícia Militar do Estado do Maranhão, como metodologia e ainda como estratégia para acesso aos sujeitos pesquisados-agentes vinculados aos plantões

de rua e à patrulha Maria da Penha (PMP). Por meio de questionários *online*, elaborou-se uma análise da abordagem policial, nos dois grupos, que apontou para as ausências, e os procedimentos de (re)vitimização das mulheres vítimas de violência doméstica, indicando ainda a importância de conhecer e problematizar a ação da polícia militar. Com a contribuição dos agentes policiais, a partir dos relatos colhidos pelos questionários, os autores exploraram temas comumente vinculados à violência doméstica, tais como uso da força física, dependência financeira, influência do uso de álcool, personalidade do agressor e percepções dos agentes sobre as mulheres vítimas de violência, entre outros temas. O capítulo conclui destacando o impacto positivo da capacitação dos agentes no atendimento as ocorrências de violência doméstica, analisado pelas abordagens dos grupos estudados.

Elaborado sob muitas mãos, mentes e experiências, este livro materializa aprendizagens, ensinamentos e o trabalho intelectual de um grupo de pesquisadores e nossos interlocutores e interlocutoras, aos quais agradecemos imensamente ao fim desta introdução.

“Arrocha na leitura!”

Boa leitura!

Imperatriz, 25/04/2022.

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

Karina Almeida de Sousa

Wheriston Silva Neris

SUMÁRIO

PARTE I- CIDADES, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EXPERIÊNCIAS URBANAS NA PANDEMIA

CAPÍTULO 1..... 1

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AS CIDADES NA LITERATURA SOCIOLOGICA CLÁSSICA

Angélica Lima Melo

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202091>

CAPÍTULO 2..... 19

ESTIGMAZAÇÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO URBANA DA VILA ESPERANÇA EM IMPERATRIZ - MA

Glenda Almeida Matos Moreira

Jesus Marmanillo Pereira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202092>

CAPÍTULO 3..... 40

AS MODIFICAÇÕES NO CONSUMO DE PANELADA EM IMPERATRIZ - MA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Greacy Kelly Rodrigues Azevedo

Emilene Leite de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202093>

CAPÍTULO 4..... 64

MOTORISTAS URBANOS EM TEMPOS DE COVID-19: REPRESENTAÇÕES SOBRE COTIDIANO, MEDO E TRABALHO EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Ana Paula Pinto Pereira

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202094>

PARTE II - GRUPOS ÉTNICOS, RELIGIÕES E NARRATIVAS DE RESISTÊNCIA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA MARANHENSE


CAPÍTULO 5..... 80

INDÍGENAS KRIKATI E MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Francisca Regilma de Santana Santos

Leandro Araújo da Silva


Vanda Pantoja

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202095>

CAPÍTULO 6..... 100

“NOSSA CASA ERA O CHAPÉU”: MOBILIDADE E PARADA COMO QUESTÕES PARA COMPREENDER OS CIGANOS CALON EM SÃO JOÃO DO PARAÍSO (MA)

Janeide da Silva Cavalcante
Wellington da Silva Conceição
Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202096>

CAPÍTULO 7..... 118

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Bezalel Alves Oliveira Junior
Wheriston Silva Neris

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202097>

CAPÍTULO 8..... 144

MARIA BONITA DE TOCANTINÓPOLIS: HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MÃE-DE-SANTO DO NORTE TOCANTINENSE

Bruno Barros dos Santos
Rogério de Carvalho Veras

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202098>

PARTE III - INSTITUIÇÕES, SUJEITOS E EXPERIÊNCIAS

CAPÍTULO 9..... 167

SOBRE PÁSSAROS E GAIOLAS: UMA ANÁLISE DA AGÊNCIA INFANTIL EM UMA CASA ABRIGO DE IMPERATRIZ


Jéssica de Sousa Lima
Emilene Leite de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3992202099>

CAPÍTULO 10..... 191

PROIBICIONISMO BRASILEIRO E MORALIDADES NA OPINIÃO PÚBLICA: O PAPEL DA MÍDIA MARANHENSE

Ana Luísa Rocha Martins Naslausky
Wellington da Silva Conceição
Beatriz Brandão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020910>

CAPÍTULO 11..... 209

UMA ANÁLISE DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO BÁSICA A PARTIR DOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Luiza Maria Paixão Lemos

Vanda Pantoja


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020911>

CAPÍTULO 12..... 235

INTERPRETANDO A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR EM CASOS DE VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ / MA

Edisio Do Ó Loiola Junior

Maciel Cover

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.39922020912>

SOBRE OS AUTORES 261

SOBRE OS ORGANIZADORES 266

OS EVANGÉLICOS E A POLÍTICA: CONDICIONANTES E LÓGICAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO DE LIDERANÇAS PENTECOSTAIS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ - MA

Data de aceite: 03/08/2022

Bezaiel Alves Oliveira Junior

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Imperatriz, MA. Professor de Antropologia da Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão – UNISULMA. E-mail: b.junior_07@hotmail.com.

Wheriston Silva Neris

Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), Campus Imperatriz, e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: wheriston.neris@ufma.br.

RESUMO: O objetivo deste trabalho é explorar as interseções entre o universo evangélico e a política no Brasil contemporâneo através da exploração das lógicas coletivas e individuais de engajamento político de lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) na cidade de Imperatriz, Maranhão. Resultante de uma pesquisa de mestrado concluída recentemente que recorreu a estratégias metodológicas variadas, tais como: observação direta, entrevistas e exploração de arquivos e publicações institucionais, tentamos no presente texto levantar algumas questões pertinentes para a compreensão das modalidades, processos e condicionantes do engajamento simultaneamente político e religioso desses agentes, tomando como laboratório um contexto mais local e

específico e os itinerários de agentes que se notabilizaram pelos seus investimentos nos espaços e instâncias convencionais da política no contexto em pauta. As conclusões apontam para um reforço da tendência geral de incremento da penetração do segmento evangélico em partidos e eleições caracterizada pelo importante peso de mecanismos de controle, filtragem e reforço da ordem institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Itinerário. Religião. Assembleia de Deus.

THE EVANGELICS AND THE POLITICS: CONSTRAINTS AND LOGICS OF POLITICAL ENGAGEMENT OF PENTECOSTAL LEADERS OF THE ASSEMBLEIA DE DEUS CHURCH IN IMPERATRIZ - MA

ABSTRACT: The objective of this work is to explore the intersections between the evangelical universe and politics in contemporary Brazil through the exploration of the collective and individual logics of political engagement of leaders of the Evangelical Assembleia de Deus Church (IEADI) in the city of Imperatriz, Maranhão. Resulting from a recently completed master's research that resorted to various methodological strategies, such as: direct observation, interviews and exploration of institutional archives and publications, in this text we try to raise some pertinent questions for the understanding of the modalities, processes and conditions of engagement simultaneously political and religious of these agents, taking as a laboratory a more local and specific context and the itineraries of agents who have become notable for their investments in conventional spaces and

instances of politics in the context in question. The conclusions point to a reinforcement of the general trend of increasing penetration of the evangelical segment in parties and elections characterized by the important weight of mechanisms of control, filtering and reinforcement of the institutional order.

KEYWORDS: Politics. Itinerary. Religion. Assembleia de Deus.

LOS EVANGÉLICOS Y LA POLÍTICA: CONDICIONANTES Y LÓGICAS DEL COMPROMISO POLÍTICO DE LÍDERES PENTECOSTALES DE LA IGLESIA ASSEMBLEIA DE DEUS EN IMPERATRIZ - MA

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es explorar las intersecciones entre el universo evangélico y la política en el Brasil contemporáneo a través de la exploración de las lógicas colectivas e individuales de compromiso político de los líderes de la Iglesia Evangélica Assembleia de Deus (IEADI) en la ciudad de Imperatriz, Maranhão. Fruto de una investigación de maestría recién concluida que recurrió a diversas estrategias metodológicas, tales como: observación directa, entrevistas y exploración de archivos y publicaciones institucionales, en este texto pretendemos plantear algunas cuestiones pertinentes para la comprensión de las modalidades, procesos y condiciones de compromiso a la vez político y religioso de estos agentes, tomando como laboratorio un contexto más local y específico y los itinerarios de agentes que se han destacado por sus inversiones en espacios e instancias convencionales de la política en el contexto en cuestión. Las conclusiones apuntan a un reforzamiento de la tendencia general de creciente penetración del segmento evangélico en partidos y elecciones caracterizado por el importante peso de los mecanismos de control, filtrado y refuerzo del orden institucional.

PALABRAS CLAVE: Política. Itinerario. Religión. Assembleia de Deus.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma investigação concluída recentemente e que se insere na temática das interseções e trânsitos de fronteiras entre o espaço religioso e político no Brasil, tendo por foco principal a análise dos condicionantes coletivos e das lógicas individuais do engajamento de lideranças da Igreja Assembleia de Deus de Imperatriz (IEADI), que se notabilizaram pelo investimento em instâncias convencionais do universo político maranhense (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Recorrendo à vasta bibliografia que tem sido produzida nos últimos anos a respeito dessa dinâmica no Brasil, notadamente no campo evangélico (ORO, 2011; MONTEIRO, 2009; GIUMBELLI, 2004), busca-se avançar na compreensão dos processos concretos de politização do engajamento religioso em uma configuração social como a brasileira, sem perder o foco sobre as vantagens na variação de escala, as especificidades contextuais e as dinâmicas históricas e organizacionais singulares em pauta.

De maneira geral, há pelo menos duas razões que merecem ser apresentadas aqui

para justificar a opção pelo estudo do objeto em pauta. A começar pelo fato de que a história de agentes que se notabilizaram pelo investimento e/ou ocupação de cargos eletivos vinculados à IEADI não deixa de ser dependente das fortes conexões entre o crescimento desse agrupamento institucional e o processo de formação da cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Estado do Maranhão (SOUSA, 2009). Grosso modo, em uma configuração socioespacial como a imperatrizense, fortemente marcada pelo crescimento populacional decorrente das alterações de fluxos migratórios no espaço maranhense a partir da década de 1960 - cujo processo de urbanização e diversificação econômica esteve associado à ambígua integração da Amazônia às dinâmicas nacionais e internacionais por meio da implantação de grandes projetos de desenvolvimento que promoveram uma série de conflitos socioambientais na região (PANTOJA; PEREIRA, 2017) - a Assembleia de Deus desenvolveu um eficiente plano de propaganda religiosa conversionista, de verniz proselitista e dogmático, que não apenas incrementou sua representatividade numérica no universo religioso local, como também fomentou uma estratégia de influência multidimensional que ajuda a entender a sua capacidade de pressão social e simbólica no espaço público da região (SOUSA, 2009).

Essa ampliação das bases de apoio e influência ocorreu, por seu turno, paralelamente à mutação nas próprias estratégias de atuação política de evangélicos no Brasil, principalmente a partir da década de 1980 (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005). Resumidamente, de lá para cá, o protagonismo assumido pelos evangélicos nas eleições no Brasil só se fez incrementar (ALMEIDA, 2019; AYRES, 2019; BURITY, 2018), seja através da chamada Bancada Evangélica (PRANDI; WILLIAM DOS SANTOS, 2017), seja como membros importantes da base do atual governo do Presidente Jair Bolsonaro (AYRES, 2019; 2020). Aliás, tomados em conjunto, todos esses fatores ajudam a entender em boa medida o crescimento de interesse entre os estudos acadêmicos pela exploração do tema das relações entre evangélicos e política no Brasil, o que não deixou de ser notado nos balanços bibliográficos mais recentes (BURITY, 2020).

O empreendimento científico em pauta foi desenhado, por seu turno, pela tentativa de combinar os aportes analíticos dispersos, provenientes de um universo de produção crescentemente diversificado e polissêmico como o que caracteriza as “ciências sociais da religião” no Brasil (BURITY, 2020, p. 2), às contribuições recentes dos estudos sobre a politização do espaço social (GRILL; SEIDL, 2017) e da sociologia política das instituições, os quais têm colocado questões comparativas instigantes a respeito das formas de seleção, recrutamento, (re)invenção, conformação, reprodução e subversão de papéis a respeito de agrupamentos institucionais e domínios diversos (NERIS, 2014).

Para responder a essas questões, metodologicamente, a pesquisa recorreu a

estratégias variadas, tais como: exploração de interpretações acadêmicas e institucionais sobre o processo de institucionalização da Assembleia de Deus em Imperatriz; manifestações públicas de profissionais políticos da Igreja; convenções e debates internos a respeito dos representantes selecionados; pesquisas em redes sociais e canais de divulgação pública e a realização de entrevistas em profundidade com agentes religiosos notabilizados pelo seu engajamento na esfera política convencional. Apesar da extensão do universo empírico, essas escolhas nos pareceram as mais adequadas para tentar captar tanto os mecanismos de filtragem, seleção e preparação dos agentes destinados a exercer essas funções de mediação religiosa e política, quanto as percepções subjetivas que esses mesmos agentes têm sobre si, sobre a instituição e o lugar que ela deveria ocupar no espaço público.

Ante o exposto, o texto que segue será dividido em três momentos principais. No primeiro, realizaremos um breve balanço dos estudos sobre a participação política pentecostal no Brasil contemporâneo. O interesse não se encontra propriamente em fazer um balanço amplo e sistemático sobre o tema, cujas dificuldades operacionais já foram enfrentadas em diversos trabalhos (CAMURÇA, 2001; PIERUCCI, 2002; BURITY, 2020). Interessa, no entanto, explorar pesquisas que se mostraram fundamentais para a construção do nosso olhar sobre o objeto e que, acreditamos, além das intenções didáticas, possam ser úteis para pesquisadores pouco familiarizados com o tema em questão. No segundo momento, tentaremos demarcar o espaço de análise recortado, dando ao leitor condições para compreender as peculiaridades do processo de institucionalização da Igreja Assembleia de Deus na cidade de Imperatriz, em diálogo com algumas das principais referências produzidas sobre o tema (BAPTISTA, 2007; COSTA, 2011; 2017; 2018; SOUSA, 2008, 2009, 2010; CONDE, 1960; ALVES, 2002). Por fim, exploraremos os perfis dos agentes e as estratégias adotadas pela IEADI para seleção e recrutamento de agentes encarregados de assumir tarefas de representação em instâncias convencionais da política, tentando retirar algumas conclusões sobre as lógicas que conduzem à política na instituição e contexto em pauta.

2 | ELEMENTOS PARA COMPREENSÃO DA ATUAÇÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA BRASILEIRA: NOTAS DE PESQUISAS RECENTES

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil passou por um processo histórico em que a nação foi governada por um regime militar, no qual as forças armadas assumiram várias áreas do espaço público por 21 anos. Neste período, os evangélicos constituíam uma pequena parte da população, mas já se articulavam e deixavam seu “absenteísmo” em relação à política. A tese do professor Adroaldo de Almeida (2016), *Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, ajuda a compreender a relação que

os evangélicos tiveram com o governo militar, podendo ser tomada como ponto de partida para discussão sobre a atuação evangélica no espaço político convencional brasileiro.

Sinteticamente, a confluência de uma pluralidade de dinâmicas de transformação organizacional e geracional fez com que frações da Igreja Católica começassem a assumir uma postura crítica ao regime (SEIDL; NERIS, 2021). Os evangélicos aproveitaram esse movimento para ocupar o espaço deixado pela Igreja (ALMEIDA, 2016, p. 43). É a partir de 1968 que os evangélicos passam a demonstrar apoio mais intenso ao governo militar. Para constatar isso, basta observar os principais meios de comunicação de algumas instituições evangélicas da época, que exerciam notável influência na orientação política dos seus membros naquele tempo. Entre as publicações compulsadas por Adroaldo Almeida (2016), destacam-se: o jornal *Estandarte*, da Igreja Presbiteriana Independente; o periódico *O Mensageiro da Paz* vinculado à Assembleia de Deus; o *Jornal Batista* da Igreja Batista; e o *Jornal Expositor Cristão* da igreja Metodista.

Quanto às Assembleias de Deus, a maior denominação pentecostal do Brasil, embora silenciosas a princípio, anos mais tarde, inclinaram-se definitivamente ao apoio ao regime militar. Em um dos seus principais meios de comunicação, o *Jornal Mensageiro da Paz*, a instituição reforçava suas doutrinas e, veladamente, apresentava algumas notícias sobre política, economia e assuntos de natureza secular. Segundo Adroaldo Almeida (2016, p. 108), em setembro de 64, o *Mensageiro da Paz* publicou seu primeiro material de cunho político desde sua fundação, com o título *O cristão e as falsas ideologias*. Nesse texto, aparecia a *preocupação* com o avanço do “comunismo”, descrita como uma ideologia devastadora para o Brasil, além da crítica e combate aos professores materialistas que ensinavam acerca das doutrinas de Marx. Por outro lado, passaram a ocorrer manifestações de lideranças religiosas, a exemplo do pastor sueco Lewi Pethrus, que, em 1968, destacou a importância do cristão na política, além de apontar as principais mudanças de comportamento que as ADs deveriam assumir, dentre elas: 1) aproximar-se das classes mais humildes e liderá-las; 2) envolver-se de forma prática na política partidária; 3) preocupar-se com todos os problemas humanos, não somente com os espirituais. (ALMEIDA, 2016, p. 118).

Ocorre que, além da referida modificação das estratégias de presença pública e de relação com a política oficial, propriamente dita, já em 1968 havia deputados eleitos que transitavam e articulavam dentro da instituição numa nova agenda política, a exemplo de Antônio Alves Teixeira (Assembleia de Deus em Belém) e Raimundo Gomes de Lima (Assembleia de Deus em São Luís).

Após o período histórico da ditadura militar (1964 a 1985), houve uma reabertura, com novas eleições e a transição para o regime liberal-democrático. A Constituinte foi o meio para a compilação de uma nova Carta Magna que regeria esse novo momento

democrático da nação. A Assembleia Constituinte (1987-1988) é considerada o ponto de irrupção dos pentecostais no campo político, porque é a partir desse momento que se percebe uma organização institucionalizada com o objetivo de eleger seus pares para o exercício da representação política no Congresso Nacional (OLIVEIRA, 2020, p. 18). Antes desse momento, o que havia eram candidaturas avulsas e isoladas, embora os principais meios de comunicação das denominações evangélicas já se posicionassem em algumas questões políticas, conforme já mencionado. A participação dos membros, enquanto candidatos, também não era incentivada, atitude que mudou após a Assembleia Constituinte.

Em âmbito nacional, o “quadro de omissão política” dos pentecostais mudou após 1986 com a elaboração da nova Carta Constitucional. Lideranças das maiores frentes do pentecostalismo brasileiro se articularam, como as Assembleias de Deus e a Igreja Evangélica Quadrangular (IEQ). A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) teve também sua representação (BAPTISTA, 2009, p.193).

Com efeito, a análise dessa conjuntura pode ser apreendida através do trabalho pioneiro de Antônio Flávio Pierucci (1989; 1996), notadamente com a publicação do livro *Representante de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte*. Nesta publicação, o autor toma como principal base empírica a análise de revistas e jornais, produzidas pela grande imprensa (*Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal Brasil e VEJA*) em relação à atuação dos evangélicos conservadores. O autor estava interessado em construir um “mosaico da direita brasileira”, recém-saído de um regime autoritário, analisando os parlamentares evangélicos. É observando empiricamente a atuação dos deputados evangélicos na Assembleia Constituinte, eleita em novembro de 1986, que o texto tenta dar sequência a uma linha de investigação iniciada um ano antes, com seus olhares voltados para a atuação da direita no Brasil pós-ditadura.

Antes de 1986, não era tão perceptível a presença dos evangélicos na política. Em pouco tempo, mais de trinta parlamentares demarcaram posição. A grande intenção do “apostolado parlamentar” era que a Carta Magna do país tivesse como fundamentação a “Carta Magna de Deus aos homens”, a Bíblia (PIERUCCI, 1996, p. 164). Ao analisar a movimentação deste segmento conservador no Congresso, o autor constrói argumentos enfáticos para compreender como os evangélicos fundamentalistas se articulavam com o surgimento de uma “nova direita”. Tratava-se de um comportamento ambivalente para Pierucci, pois a movimentação evangélica dita conservadora tinha inclinações populares intensas. Ao analisar os discursos, lutas e demandas políticas do campo, marcados pelo tradicionalismo e moralismo evangélico, a proposta política do novo segmento espelhava as demandas dos setores populares. Eles não separavam o plano público da moralidade

privada (PIERUCCI, 1996, p. 166).

Pierucci (1996) segue a análise, buscando compreender a movimentação e estratégia, não somente da ala conservadora desse segmento, mas também dos parlamentares mais populares e da ala progressista, chamada de esquerda evangélica, ainda que minoria. Em sua caracterização dos perfis de época, notou que dos 33 deputados eleitos, 25 eram de orientação política de direita, 1 ligado a centro-direita e 7 com orientação política de esquerda (PIERUCCI, 1996, p. 171). No trabalho parlamentar, os primeiros conflitos ideológicos surgiram, influenciando diretamente as comissões e representações no Congresso Nacional. Os deputados adentram aos trabalhos na Constituinte ocupando as comissões e pondo em prática suas percepções morais como norma-padrão. Comissões como “Soberania e garantia dos direitos do homem e da mulher” e “comissão da família e da cultura”, por exemplo, foram ocupadas e fortemente influenciadas pelos políticos evangélicos. Pierucci (1996) destaca a afirmação de um dos líderes do grupo evangélico de que atuava como “representante de Deus”, da “maioria do povo”.

O pastor assembleiano, Salatiel de Carvalho do (PLF/PE), integrante da comissão de Soberania e Garantia do direito do Homem e da Mulher, saía em defesa da sua fé, do padrão moral da sua instituição, e afirmava: “os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direito, porque a maioria da sociedade não quer” (PIERUCCI, 1996, p. 175). Quanto à Comissão da Família, Educação e Cultura, com a mesma visão das demais comissões, estavam sempre voltadas às ideias conservadoras de moral familiar e bons costumes, contra o aborto, dissolução da família tradicional, feminismo, entre outros. Em boa medida, essas pautas ainda continuam a ser referência para a atuação dos políticos evangélicos na atualidade, vale dizer.

A intenção, naquele momento, era dilatar as influências em todas as estruturas da política. Seguiu a Maioria Moral, eivada pela mentalidade de moralidade privada e convencional religiosa. A mídia começou a cobrir e registrar a atuação desse segmento, criando expressões como “bloco evangélico”, que denotava algum tipo de coesão e efeito “bancada”, sobretudo, na atuação das comissões. As estratégias e pronunciamentos dos “representantes de Deus em Brasília” incluíam a utilização de símbolos religiosos e de jargões internos às igrejas, como “Palavra de Deus”, e enfatizavam expressões como: família, sexo, aborto, mulher, droga, eutanásia, gênero, etc., colocando em relevo a pauta moralista (PIERUCCI, 1996, p. 185).

De lá para cá, a impressão é de que há notável continuidade. Como visto em publicações recentes, a bancada evangélica representa essa articulação do novo agente político, reunindo congressistas de diferentes igrejas e partidos, mas que convergem na defesa de pautas religiosas no congresso brasileiro (PRANDI; SANTOS, 2017).

Unidos, costumam votar coesos quando se trata de certas questões morais lastreadas por interesse religioso comum. À bancada evangélica pode se juntar a escassa parcela de congressistas católicos interessados também em defender pontos de vista de sua religião, formando a chamada bancada da Bíblia, esse estranho conjunto composto por grupos historicamente em pé de guerra entre si. (PRANDI & SANTOS, 2017, p. 188).

A bancada evangélica surge nas eleições de 1986, constituída no Congresso Nacional, reunindo deputados e senadores que pertenciam a diversas denominações evangélicas e legendas partidárias. O termo “bancada evangélica” é interpretado por alguns pesquisadores como uma “expressão mais acabada do sentido negativo” que o termo evangélico passou a ter nos últimos quarenta anos no Brasil. Observando a atuação dos parlamentares que constituem a bancada, poderia se conceituar como um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro (ALMEIDA, 2016, p. 6). Nesse quadro, para o que nos importa destacar aqui, vale acrescentar que nas últimas eleições de 2018, a bancada evangélica conseguiu eleger candidatos em 25 dos 26 estados da federação brasileira, dispersos em 23 partidos. A bancada anterior detinha cerca de 75 deputados federais, crescendo para 84 parlamentares na Câmara dos deputados e 07 senadores (AYRES, 2020, p. 90). Isto é, o que entra em pauta aqui é o próprio sucesso da definição de representantes e candidatos próprios das instituições evangélicas para uma possível representação no campo político. (MACHADO & BURITY, 2014; BAPTISTA, 2007; MARIANO, 2005).

Não obstante, se essa tendência mais geral está correta, somente o estudo dos perfis e das próprias representações dos eleitos pode nos ofertar uma visão mais refinada sobre os significados destes trânsitos de fronteiras, de suas lógicas e peculiaridades. É nesse sentido que vale a pena a leitura do artigo *Onda Conservadora e o surgimento da Nova Direita Cristã Brasileira*, de autoria de Joanildo Burity (2020). A ideia do texto é suscitar uma discussão sobre a onda conservadora que intersecciona religião e política no Brasil, no contexto pós abertura democrática, percebendo, assim, a entrada do setor evangélico-pentecostal na política partidária. Burity destaca que a principal novidade da política brasileira, desde o final do século XX, foi a irrupção evangélica, especialmente os segmentos pentecostais, provocando grande impacto no cenário político e nos processos eleitorais (BURITY, 2020).

Segundo o autor, é possível perceber três momentos na trajetória e movimentação política dos evangélicos, quais sejam: os primeiros quinze anos, marcados pela emergência de uma nova identidade, ou processo de minorização – aquilo que ele coloca como a luta pelo espaço no campo, a afirmação de um “novo ator” político, a construção de uma voz própria. No segundo período, que vai de 2002 até meados de 2015, os evangélicos foram

aliados a uma junção nacional de centro-esquerda, apoiando Lula e Dilma. A proposta, aparentemente, teria dado certo. Percebe-se um envolvimento discreto em cargos do governo, funções de gerência executiva, mandato de prefeitos e até governadores. O terceiro período foi observado a partir de 2014, em que teria havido uma crescente inflexão da participação dos pentecostais, passando a assumir uma postura de confronto frente ao governo vigente. Segundo Burity, a característica mais marcante neste terceiro período foi a forte articulação dessa “agenda moral”, velhos fantasmas da “ameaça comunista”, deslocando os evangélicos para a nova direita cristã. (BURITY, 2020, p.5).

Outra característica importante em seu trabalho foi a maneira como ele aborda a presença pública desses segmentos religiosos. Ele apresenta “quatro modelos de mobilização pública religiosa no Brasil”. Entre o período de 1985 a 2018 define, assim, essas quatro maneiras: o católico romano hierárquico-eclesiástico; o da representação eleitoral pentecostal; a de advocacia ecumênica e inter-religiosa; e o culturalizador das religiões afro-brasileiras. Burity conclui com a discussão sobre as eleições de 2018, refletindo se os evangélicos elegeram Bolsonaro. Em sua perspectiva, teria se tornado evidente o alinhamento dos pentecostais com a política de direita (BURITY, 2020).

Ocorre que, embora houvesse esse alinhamento anteriormente, não se percebeu uma liderança específica em nenhum dos grupos religiosos encabeçando esse processo (BURITY, 2020, p. 119). É que para o autor, percebe-se uma certa dificuldade na coesão desse alinhamento e para quem seria o apoio majoritário, tendo em vista que as apostas eleitorais dos diversos grupos evangélicos se confundiram desde o primeiro turno das eleições, não havendo apoio maciço em prol de Bolsonaro desde o início. Toda essa falta de organização, a princípio, revelaria a falta de unidade enquanto segmento evangélico frente ao campo político. Os membros da IURD, ADs e das outras denominações com representantes específicos no campo político não têm uma posição “uniforme” em seus juízos político-eleitorais.

Em tempos passados, isso levou a mal-entendidos estratégicos de apoiar candidatas que não tiveram sucesso eleitoral, por exemplo, com o apoio da Assembleia de Deus (principal denominação pentecostal brasileira) no primeiro turno das eleições presidenciais para o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Geraldo Alckmin, em 2006; ou o candidato José Serra, também do PSDB, em 2010. O mesmo aconteceu em 2018. Apenas uma semana antes do primeiro turno das eleições presidenciais, o líder máximo da Igreja Universal do Reino de Deus, Dom Edir Macedo, declarou apoio ao candidato Bolsonaro. O resultado final não foi definido previamente. (BURITY, 2020, p. 120).

A falta de coesão por parte do segmento pentecostal mostra a fragmentação dos votos dos evangélicos e explicaria a demora no apoio a determinados candidatas na

corrida eleitoral, especialmente nas últimas eleições presidenciais. Em sua perspectiva, a questão discursiva em relação à moralidade e sua postura mais conservadora em relação aos costumes são os pontos mais manipuláveis na escolha de candidatos e na definição de alianças. Porém, como já havia concluído em pesquisas anteriores, além da ausência de um projeto que venha atender o coletivo por parte dos pentecostais, na prática, os pentecostais se afinam muito com as velhas práticas convenientes da política brasileira, chegando em alguns casos a reproduzirem as mesmas lógicas paternalistas, autoritárias, personalistas e clientelistas oriundas das regras do jogo realizado no campo político (MACHADO & BURITY, 2014, p. 619).

3 I INSTITUCIONALIZAÇÃO E MODOS DE RECOMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ

A Assembleia de Deus em Imperatriz (IEADI) foi fundada pelo Pastor Plínio Pereira de Carvalho¹, que migrou do Estado do Piauí com a família e alguns amigos. Conforme Costa (2011), o primeiro culto pentecostal na referida cidade foi realizado em 1952. A igreja foi fundada por aquele pastor com apenas 16 membros (COSTA, 2017, p. 176). A data 16 de setembro de 1952 constitui-se no marco de fundação da Assembleia de Deus em Imperatriz, em uma casa comprada pelo pastor Plínio.

Com a chegada da AD, em 1952, intensificaram-se as disputas entre católicos e assembleianos pela conversão de fiéis. Não apenas os sacerdotes católicos locais tentaram impedir a implantação da nova igreja na cidade, mantendo-se como resistência durante muito tempo (COSTA, 2011, p. 80), como também a própria instituição eclesial redesenhou suas estratégias de planejamento territorial no Maranhão em função dessas disputas (NERIS, 2014).

O grupo pentecostal decidiu expandir a igreja, intensificando os trabalhos de evangelização em Imperatriz. Passados alguns meses, a igreja adquiriu um salão que ficava localizado na rua Gonçalves Dias, para assim melhorar a acomodação dos fiéis, dado que o número aumentava a cada dia. Em 1954, dois anos depois, houve a necessidade da compra de um terreno maior, para a fixação daquele projeto que avançava. O trabalho da Assembleia de Deus em Imperatriz e adjacência teve um crescimento surpreendente em

1. O pastor Plínio Pereira de Carvalho foi consagrado ao ministério pelo missionário húngaro João Jonas, em 1950, sendo enviado do Piauí para o Maranhão, mais precisamente, para a cidade de Montes Altos, onde dirigiu a AD por um ano. Em 1952, foi transferido pelo pastor Francisco Pereira do Nascimento, presidente do Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia-SETA, para a cidade de Imperatriz, onde fundou a AD, no dia dezesseis de setembro de 1952, acompanhado de 15 pessoas, vindas do Piauí. Realizou o primeiro culto pentecostal da cidade em uma casa localizada na Rua XV de novembro. Dois anos depois, construiu lá uma congregação, que funcionou como sede da IEADI, até o ano de 1999, quando a sede passou para o “grande templo”, com capacidade para mais de 12.000 pessoas. (COSTA, 2011, p.78).

um curto espaço de tempo. A rua 15 de novembro, n. 507, esquina com a rua Gonçalves Dias, foi o local onde foi construída a primeira casa de oração da Assembleia de Deus em Imperatriz, sendo inaugurada no dia 1º de setembro de 1957 (COSTA, 2011).

Entre os anos de 2000 e 2010 a instituição cresceu mais que as outras denominações no campo religioso do município (BERTONE, 2008; 2009; 2010). A IEADI possui 16,25% da população municipal. Atualmente, por conta do seu crescimento proporcional em relação aos demais agentes do seguimento evangélico, a IEADI se tornou representante do movimento pentecostal na cidade.

Um dos fundamentos que explicariam o rápido crescimento da denominação na cidade estaria na capacidade de articulação e administração de sua liderança. Alguns líderes, como o pastor Raul, tinham experiência em administração de instituições bancárias e formação acadêmica. O pastor Raul Cavalcante Batista, atual presidente da igreja, assumiu a liderança da IEADI em 1993, com 30 congregações e 8 mil membros². Ele introduziu modificações organizacionais importantes. Criaram secretarias (educação, política, assistência social, etc.), departamentos, distribuíram as congregações por áreas administrativas (12 áreas, no total) e colocaram outros pastores para supervisionar cada uma delas (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Como sintetiza Moab Costa (2011, p. 88):

Reflexo disso foi o crescimento da instituição, desde a sua chegada: catalisou o projeto “Campos Brancos”; dinamizou o instituto bíblico; ampliou o número de congregações e multiplicou o número dos membros e congregados; criou um sistema de comunicação composto por TV, rádio e jornal impresso. Fez com que a instituição crescesse em maior proporção que o crescimento da cidade, aproveitando o boom de crescimento pelo qual esta passava.

A instituição ascendeu a passos largos, comprou canais de comunicação (TV, rádio), criou instituição teológica (IBADI-Instituto Bíblico das Assembleias de Deus) e desenvolveu projetos de impacto na cidade, entre eles, o projeto “campos brancos”³ e o “década da colheita”, que sinalizam a direção e posição da denominação no município. Os projetos tinham como principal objetivo ampliar o número de membros da instituição, e seu sucesso pode ser percebido ocorrendo em outras regiões do país por iniciativas das igrejas locais. Em janeiro de 2017, a IEADI tinha 180 congregações organizadas. Nessa ocasião, o Pr. Raul Cavalcante realizou um novo e ousado projeto de emancipação, repartindo o campo

2. Pastor Raul nasceu na cidade de Imperatriz em, 02 de abril de 1952. Converteu-se à AD aos 7 anos, sendo batizado aos 13 anos e casou-se com Rute Ribeiro em 1973. Antes de ser pastor, foi bancário, atuando em 4 bancos. A passagem pelos bancos fora de suma importância para a implantação do modelo da sua gestão na IEADI a partir de 1993. (COSTA, 2017).

3. O projeto “Campos Brancos” foi criado em 1992, com o objetivo de recrutar, treinar e enviar missionários para o Brasil e para o exterior. De acordo com o responsável pelo projeto, o missionário Francisco Ramos da Paz, a IEADI, em 2010, contava com mais de 450 missionários em várias regiões do Brasil e em países de todos os continentes. De acordo com ele, o objetivo era enviar e manter 700 missionários até o final de 2014, quando encerrou o projeto “Década da Colheita”. Sobre o projeto Década da Colheita, discorreremos em momento oportuno. (COSTA, 2011, p. 177).

em mais sete novos campos. Atualmente, a estrutura hierárquica do poder da IEADI é composta por 263 congregações na cidade de Imperatriz, dividida em 23 campos, com seus respectivos pastores-presidentes.

4 | SOBRE AS RELAÇÕES DA ASSEMBLEIA DE DEUS EM IMPERATRIZ – IEADI E A ESFERA POLÍTICA: CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS DE SELEÇÃO E PERFIS DE LIDERANÇAS

Com efeito, para compreendermos o espaço de atuação política das lideranças entrevistadas nesta pesquisa, é necessário destacar, por outro lado, como as Assembleias de Deus no Brasil passaram a adotar estratégias corporativas por meio da seleção e preparação de candidatos escolhidos oficialmente pelas “lideranças denominacionais” (BAPTISTA, 2007, p. 271). Isto que constitui um marco, visto destoar bastante do padrão de relação que as IEADIs tinham até então com a esfera política local, como bem descrito por Moab Costa (2017), de maneira bastante sintética e precisa:

a) nunca fizeram oposição a nenhum dos poderes estabelecidos ao nível estadual e municipal; b) nas eleições municipais, apesar de manifestarem apoio aos candidatos que buscavam a reeleição – geralmente muitos membros da igreja ocupavam funções em diversos níveis, inclusive membros da família do pastor presidente – existia um pequeno grupo que apoiaria a oposição, caso ela apresentasse alguma chance de ser eleita; c) os poucos membros que foram eleitos vereadores (entre os anos de 1980 a 2010, apenas quatro), com ou sem o apoio da igreja, agiam de forma independente, geralmente acompanhando as decisões do partido; d) o fato de o pastor presidente ocupar uma função de livre nomeação no Estado (capelão do 3º Batalhão da Política Militar). (COSTA, 2017, p. 258).

Seja como for, o que passa a entrar em pauta, a partir de então, é a conversão prática das Assembleias de Deus em efetivos “currais eleitorais”, ou seja, territórios eleitorais comados “como reserva de mercado do voto em favor da corporação” (BAPTISTA, 2007, p. 237).

É nesse sentido que vale a pena destacar a obra seminal de Saulo Baptista (2007; 2009) que demonstra de maneira empiricamente bem fundamentada o comportamento da Assembleia de Deus em ambiente partidário e parlamentar, articulando-o à cultura política brasileira. Para o que nos interessa mais diretamente nesses padrões de atuação, vale destacar algumas dimensões fundamentais. A começar pelo fato de que as próprias estruturas internas da instituição e os caminhos que levam à seleção de candidaturas são profundamente marcadas por decisões de viés autoritário. Grosso modo, a seleção de candidaturas é realizada da seguinte maneira:

Os interessados apresentam seus nomes ao Conselho Político, formado de pastores da absoluta confiança do presidente da igreja. Este Conselho, que faz uma triagem dos pré-candidatos, elimina grande parte deles e leva os remanescentes para a cúpula da igreja autorizar a realização de um escrutínio no colégio eleitoral de pastores. Os critérios usados na triagem incluem viabilidade eleitoral, mas, principalmente, a afinidade do candidato com o grupo que detém o poder da Igreja. Paralelamente, esse Conselho define a quantidade de candidatos que vai lançar e examina os partidos que a igreja poderá utilizar, com base em chances de cada legenda face ao quociente eleitoral para aquela eleição (BAPTISTA, 2007, p. 238).

Ocorre que a despeito das intrincadas estratégias de recrutamento e seleção institucional, as quais reforçariam a afinidade entre as pautas da denominação e as expectativas de atuação dos indicados, na prática, constata o autor que falta a diversos parlamentares pentecostais uma identidade partidária e ideológica que sejam específicas (BAPTISTA, 2007). A escolha do partido ocorre principalmente em função das chances eleitorais e a questão de ser oposição ou situação varia em função das circunstâncias e conveniências. Igualmente, com atuação focada principalmente em questões de ordem moral e ética, as migrações partidárias ocorrem em função do pragmatismo eleitoral ou para atenderem aos interesses das lideranças eclesiais (BAPTISTA, 2007).

Por outro lado, se seria correto afirmar que houve uma alteração nos padrões de interação institucional com as instâncias convencionais da política, o exame do comportamento das lideranças eclesiais e políticos pentecostais e até mesmo a ocorrência de diversos casos de escândalos e corrupção envolvendo parlamentares pentecostais revela, para Saulo Baptista (2007, p. 22), a existência de afinidades com “valores tradicionais da cultura brasileira, como: autoritarismo, clientelismo, corporativismo, fisiologismo, nepotismo e correlatos”. Isto que se reforça, ainda, pelo pertencimento majoritário de quase todos os políticos pentecostais ao chamado “baixo clero”, “uma espécie de maioria menos influente, porém, muito importante na vida do Congresso, porque é sempre cotejada pelas lideranças que buscam apoio para as votações de matérias legislativas decisivas tanto para o governo como para a oposição” (BAPTISTA, 2007, p. 352). Sintomaticamente, pois, o que entra em pauta aqui não é somente a questão do exercício da representação categorial, como também o do capital social e das próprias ambiguidades do fenômeno de delegação política (GRILL, 2013; BOURDIEU, 1989), cuja compreensão ainda requisitaria maiores avanços analíticos no caso do agrupamento em pauta.

Dentro desse conjunto, o perfil das lideranças evangélicas entrevistadas neste trabalho, e que se destacaram pelo envolvimento com a esfera política em Imperatriz, guarda afinidades com os perfis apresentados pelo autor supramencionado, como passaremos a demonstrar.

Grosso modo, os agentes abaixo foram selecionados entre as lideranças pertencentes ao universo religioso da Assembleia de Deus em Imperatriz que se destacaram pelo investimento, passagens e influência diretas sobre o universo político local. Assim, entre os 07 (sete) agentes que aceitaram ser entrevistados, 06 (seis) deles militaram em partidos políticos diversos e/ou candidataram-se. A única exceção é justamente a do Pastor Presidente da IEADI que, embora tenha afirmado nunca ter sido filiado a nenhum partido político, foi nomeado para a função de Capelão da Polícia Militar⁴, cuja escolha, empossamento e exoneração constitui prerrogativa do Governador do Estado do Maranhão.

Além disso, os perfis dos recrutados ainda continuam bastante semelhantes àqueles descritos por Paul Freston (1996, p. 261), quais sejam: “homens proeminentes na igreja como evangelistas, cantores ou apresentadores de programas; filhos ou genros de pastores-presidentes; e empresário pentecostais que fazem acordos com seus líderes eclesiais”. Desse modo, a consequência mais direta desse modo de intervenção é que elas tendem a favorecer as lógicas familiares de seleção, as posições intra-eclesiais e a própria autoridade e capacidade de decisão das cúpulas eclesiais. Entre os entrevistados, seis são homens com postos de comando dentro da instituição, tais como “Pastor” (5) e Evangelista (1), o que reforça a tese de que, entre as condições para se tornar candidato oficial da igreja, a posse de uma rede de contatos e relacionamentos dentro do colegiado de pastores se revela decisiva.

Sexo	Idade	Natural	Escolaridade Superior	Cargo na IEADI	Partidos Políticos	Profissão Ocupação
M	37	Fortaleza –CE	Teologia livre (particular)	Pastor	Militou no PSDB/ PROS/PTB	Secretário de Articulação Política do Município/Pastor
M	60	Coroatá – MA	Teologia/Básico	Pastor Presidente da COMADESMA	PSC/ PROS/PTB	Deputado Estadual e Pastor
M	51	Bacabal – MA	Pós-Graduação em História. Graduado em Teologia, Mestrado livre, História pela UEMA, Mestrado pela PUC Goiás, Doutorado pela Unisinos,	Evangelista	PSC – Candidato a Deputado Estadual dois anos depois Vereador/ PTdoB atual Avante.	Professor Efetivo da Universidade Estadual Sul do Maranhão. Adjunto 2, no curso de História.

4. Conforme Renato Alves (2019), “Comuns nas Forças Armadas, onde ingressam por meio de concurso público, os capelães podem celebrar missas e cultos, presidir casamentos, fazer palestras e atuar em casos de extrema-unição. No caso do Maranhão, eles prestam ‘serviços religiosos’ nas polícias Civil e Militar, no Corpo de Bombeiros e na Secretaria de Administração penitenciárias”. Ainda conforme o mesmo articulista, “Até a ascensão de Dino ao poder, o Maranhão contava com 14 cargos de capelão. Por meio de três leis do governador, aprovadas pela Assembleia Legislativa, foram criadas outras 46 vagas”. <https://crusoe.com.br/edicoes/80/os-capelaes-do-comunista/>

M	48	Amarante – MA	Superior completo, Biologia UEMA, Direito UNISULMA, Teologia Livre	Pastor Secretário da COMADESMA	PPS/PL eleito Vice – prefeito em 2000 /PSC/ foi candidato a Deputado Estadual pelo PMDB/ PROS/ PTB.	Secretário Adjunto de Articulação política no Governo Assis e Pastor.
M	66	Imperatriz –MA	Teologia Livre, Mestre e Dr. Em Divindade	Pastor Presidente da IEADI/ Imperatriz	Nunca se filiou a nenhum Partido	Já foi Bancário (Bradesco; Banco do Goiás; Atualmente é Major Capelão da PM-MA e Pastor.
M	34	Imperatriz – MA	Formado em ADM, pela FAIRA, 2014 bacharel em teologia IBAD	Presbítero/ Já dirigiu 3 Congregações/ trabalha com a área da assistência Social da Igreja.	PROS/ Candidato a Vereador/ Atual Presidente do Avante.	Presidente da ACESP/ Associação Beneficente Cidade Esperança/ Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do município.
F	45	São – Mateus do Maranhão	Bacharel em Teologia, Gestão Pública/UNINTER	Ministério de Mulheres	PTB – Candidata a Vereadora	Corretora de Imóveis, Plano de Saúde e Seguros

Quadro I: Algumas propriedades sociais dos entrevistados

Fonte: Dados coletados em entrevistas pelo pesquisador.

Acrescenta-se ao peso das bases sociais de relações de reciprocidade, e também do carisma individual, a importância direta das relações de parentesco com agentes da própria cúpula eclesial como trunfo para seleção dos representantes institucionais na política. Exemplo sugestivo disso, e para utilizar apenas um caso mais recente dentro do universo investigado, o filho do Pastor Presidente, Raul Ribeiro Batista II (Bibiu), teve expressiva votação nas eleições municipais em 2020, junto à intenção do executivo em estabelecer alianças para os próximos pleitos, estando, hoje, à frente do cargo de Diretor Executivo da Secretaria de Articulação Política do Município de Imperatriz.

Em todos os casos examinados, por outro lado, além do visível pragmatismo das migrações partidárias compulsadas, todos os agentes em pauta passaram ou encontram-se em funções políticas na burocracia da esfera municipal e/ou estadual. A única exceção é o caso da candidata entrevistada, cujas condições de entrada na política enfrentam dificuldades específicas tanto dentro dos partidos políticos propriamente ditos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), quanto dentro da instituição em pauta, a qual, como se sabe, não admite o exercício pastoral para mulheres, entre vários outros aspectos (BAPTISTA, 2007, p. 230)

Por outro lado, nota-se ainda entre os entrevistados o incremento dos investimentos em títulos escolares, o que acompanha a tendência progressiva de detenção de estudos

mais prolongados, especializações e até mesmo experiências culturais mais diversificadas, os quais têm delineado o perfil das transformações mais amplas nos processos de constituição e legitimação dos grupos dominantes (SEIDL, 2013). Como já era esperado, entre os cursos informados destaca-se sobretudo o de Teologia.

Seria um engano, no entanto, considerar que a posse de determinados títulos e/ou credenciais acadêmicas funcionaria aqui como critério central (meritocrático) dentro dos processos de seleção em pauta - o que não significa dizer, por outro lado, que sejam destituídos de valor enquanto formas de recurso e competências distintivas. A questão é que o que entra em pauta aqui é o fato de que os estudos superiores compulsados vêm como que a reboque de escolhas operadas muito mais em função das relações de reciprocidade, dos laços familiares, das redes de amizade e de outras formas de compromisso, do que propriamente pela posse de alguma competência acadêmica exigida previamente.

Cabe destacar, por fim, que ao examinar as trajetórias profissionais dos entrevistados, reencontramos aqui agentes com perfis sociais que destoam das frações majoritárias dos integrantes da Assembleia de Deus, as quais são recrutadas especialmente entre as camadas mais pobres população. Como já havia notado Saulo Baptista (2007, p. 223), além de agentes com certo grau de proximidade das cúpulas hierárquicas, que pertencem a algum clã de pastores, genros, filhos ou amigos de pastores presidentes, encontram-se entre os possíveis candidatos leigos que podem ser desde “comerciantes e empresários de porte econômico variado, funcionários públicos e profissionais liberais”, entre outras possibilidades, cujas propriedades sociais podem torná-los mais suscetíveis a manifestarem tomadas de posição de menor conformismo, a demonstrarem maior resistência aos controles institucionais ou até maior suscetibilidade na adesão às lógicas específicas que presidem o campo político estritamente dito. E não parecem ser poucos os casos de rompimento de expectativas dentro das particularidades desse processo de delegação política (BOURDIEU, 2004), cujas ambiguidades e particularidades esperamos aprofundar em trabalhos futuros. Na sequência, pois, passamos à descrição das percepções subjetivas dos agentes entrevistados com relação às relações entre os evangélicos e a política.

5 | PERCEPÇÕES SUBJETIVAS DOS AGENTES POLÍTICOS DA IEADI

Nesta sessão abordaremos o conteúdo das entrevistas feitas aos agentes do campo com a intenção de compreender, através das percepções, as estratégias políticas da IEADI e as percepções subjetivas de lideranças religiosas e políticas locais. De maneira geral, o roteiro de entrevistas foi estruturado em torno de três eixos principais: as origens sociais dos agentes; suas condições de ingresso e participação em movimentos,

atividades associativas e em partidos e eleições e, por fim, a percepção dos entrevistados sobre as relações entre os evangélicos e o voto. Nesta sessão, tendo em vista o espaço, abordaremos algumas questões do segundo e terceiro eixos mencionados, remetendo o leitor interessado à dissertação concluída recentemente (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021).

Você já participou de alguma campanha política? De que maneira?

2002 e 2003 campanha de deputado. No ano 2000, uma campanha de prefeito muito acirrada, onde Jomar Fernandes ganhou a eleição, eu não participei ativamente, eu era apenas um observador, muito embora eu já tivera uma pequena experiência em minha cidade com política. Eu sempre gostei de política desde a infância, sempre fui apaixonado pelo espaço de ouvir e ver a oratória dos políticos e tive uma pequena experiência. O meu ingresso da política em Imperatriz se dá, especificamente, em 2003, após a eleição de deputado no Maranhão, eu fui convidado a participar de uma palestra para jovens em um partido político aqui da cidade, gostei e comecei a frequentar. Naquela época o partido já tinha semanalmente reunião de juventude, eu não era pastor. (Entrevista pastor Célio Henrique, em 04/01/2021).

Fui filiado ao PSS em 1992, pelo qual me candidatei a vereador no mesmo ano e fiquei como suplente com 175 votos; pelo PL, assumi a presidência do partido, fui candidato novamente em 1996, tirando 225 votos. Fui eleito em 2000 pelo PL como vice-prefeito, também fui diretor legislativo da câmara de Amarante no período de 1991-2000. (Entrevista pastor Wilson Dantas, em 30/04/2021).

Para boa parte dos entrevistados, as condições de emergência do gosto pela política e as condições de participação ocorreram sob a atmosfera de naturalidade, envolvendo desde a conjugação de fatores familiares, até mesmo os incentivos em círculos de relações dentro do próprio universo da Igreja. Não raro, nos relatos, observa-se certa correspondência entre os padrões oratórios da política e aqueles que podem ser realizados por lideranças em púlpitos, como se as competências de cada âmbito pudessem ser intercambiáveis. Em um quadro de modificação no padrão institucional de relações com a política oficial, a concorrência em diferentes pleitos é considerada tão natural quanto necessária, o que acaba por conferir prestígio tanto ao eleito, quanto à congregação a qual pertence.

Não obstante, nessa fração do universo religioso dotada de maior circulação por outros domínios sociais, as avaliações sobre os condicionantes de envolvimento institucional com a política e as definições legítimas do papel de político-religioso (vereador, prefeito, deputado estadual, federal...) podem variar desde a adoção de posições mais reflexivo-críticas, até aquelas de mais completo conformismo e alinhamento à ordem institucional. No primeiro polo, podemos situar, a título ilustrativo, o relato do seguinte entrevistado, que também é professor universitário:

Na sua visão, o que levou os evangélicos a se aproximarem da política?

Esse caminho vai iniciar, no geral, quando a Igreja Católica desce do trem da ditadura militar e os evangélicos sobem. Os protestantes, por sinal, ocupam canais de TV, com espaço e benefícios. Depois vai acontecer um processo chamado coronelismo nas Assembleias de Deus por parte dos pastores presidentes de convenção ou das igrejas. O surgimento do personalismo é promovido pelo seguimento neopentecostal, entendeu? Isso tudo faz com que o sujeito queira crescer, queira se produzir, queira se tornar cada vez maior, mas são muitos elementos, no frígido dos ovos, é tudo uma conquista de poder, porque o campo político era antes, o quê? PROIBIDO. Depois passou a ser tolerado, passou a ser aceito, e agora é estimulado a conquista do campo político (Entrevista prof. Dr. Moab César, em 27/01/2021).

Porém, no segundo e preponderante polo, encontramos ao lado das análises de fundo “espiritual”, organizadas em torno de comentários de passagens do evangelho, a combatividade com relação a outros grupos, pautas e comportamentos considerados contrários à moral defendida nas suas igrejas (homossexuais, esquerda, aborto, drogas...). Desse ângulo, a atuação política passa a ser considerada como elemento crucial, seja nos planos local ou nacional, para defesa de valores e princípios morais que estariam em risco. Nota-se ainda, na fala dos entrevistados, certos trânsitos diretos entre o vocabulário de temas sobre a moralidade e a defesa pragmática de vantagens e prerrogativas institucionais, como na passagem abaixo:

Qual é o papel da igreja (candidatos evangélicos) quando inserida no sistema político?

O vereador evangélico tem que defender as causas do reino de Deus, ele é um representante do povo, mas tem uma classe. Tem o vereador que leva uma bandeira. Um exemplo, hoje para umas das nossas igrejas fazer uma cruzada, se ele for lá fechar uma rua, a secretária do Meio Ambiente multa ele, tem que pagar 195 reais, ele tem que comunicar ao Centram e bombeiro. É certo, só que pelo fato de sermos igreja, a igreja vive de doação, então poderia ser liberado alguma classe, olha, temos a isenção de IPTU, lei federal. Aqui no município teve uma “zuada” sobre as duas vereadoras que não fizeram nada. Cartilha gay na escola, não foi passando no congresso, chegou em Imperatriz, não tínhamos vereadores, foi aprovado a cartilha gay no município, a Francisca lô que trabalha no IBad viu e decidiu juntar para pressionar, juntamos os pastores e lotamos a Câmara, pressionando, conseguimos a maioria dos vereadores e foram tirados. O plano municipal de educação do município, então, assim a importância é essa. Na hora de prejudicar a classe, os vereadores batem em cima da igreja? (Entrevista Raul Ribeiro). 21/01/2021.

Em sentido convergente, as lideranças políticas em pauta tendem a conceber que a promoção de representantes diretos em qualquer esfera política constitui trunfo para

acesso a bens e recursos, porque quando se tem um mandato, explica um dos pastores entrevistados, “as coisas mudam, você tem livre acesso aos leitos de hospitais, tem mais facilidades para a realização de grandes eventos, as portas se abrem” (Entrevista, pastor Célio, 04/01/2021). Outrossim, suas formas de demarcação da identidade apelam, noutros momentos, para uma representação dos evangélicos como recriminados ou desclassificados, exigindo, por conseguinte, a conexão junto aos canais de poder para assegurar demandas, pedidos e projetos.

Quando solicitados a falar a respeito da relação da IEADI com os partidos políticos, novamente reencontramos entre nossos entrevistados a forte tendência a compreenderem de forma pragmática a relação com as ideologias partidárias. É assim que, para Moab Cesar, “o partido é apenas um trampolim, o partido não é mais importante que o indivíduo”. Curiosamente, não obstante, essa visão não parece muito distinta da do Pastor Célio para o qual, em outro vocabulário e polo de interpretação, a concorrência dentro de quadros partidários seria uma exigência facilmente dispensável, visto que o que “nós queremos é o mandato!” E não foram poucas as ocasiões em que as alterações de sigla dependeram das relações de proximidade e do cálculo eleitoral de ocasião (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021), o que transcendeu, durante bastante tempo, a própria ideia da vinculação a partidos de esquerda ou de direita, como na fala recortada abaixo:

O PROS foi usado como trampolim, o PSC, qualquer partido que prospecte uma eleição mais segura você vai pra ele. Eu não vejo se discutir ideologia de partido, isso é natural e todo mundo faz isso. Olha o Sarney que é o cara da extrema direita, ele coloca o LULA como se fosse distinto dos outros, quantos da esquerda foram se filiar em partidos de direita e vice-versa para se viabilizarem politicamente. Então no Brasil são pouco os partidos que tem projeto muito sério. É uma prática da política brasileira. (Entrevista Prof. Dr. Moab César, 27/01/2021).

Ilustrativo disso, e entre vários exemplos possíveis, pode-se mencionar as eleições de 2018, quando as Assembleias de Deus no Estado do Maranhão conquistaram duas vagas no legislativo do Estado. A primeira representada pelo pastor Cavalcante, presidente da Convenção dos Ministros das Igrejas Evangélicas no Maranhão (COMADESMA), e a segunda, por Mical Damaceno, filha do ex-presidente da Convenção Estadual das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Maranhão (CEADEMA), Pedro Aldir Damaceno, ambos pelo PROS, partido considerado de esquerda e com apoio do governador Flávio Dino (PCdoB). Como vimos em nossa pesquisa, a visita do Governador Flávio Dino (PCdoB) à Convenção em 2018 foi considerada estratégica no tocante ao apoio à candidatura do Pr. Cavalcante e sua chegada ao legislativo do Estado. Quanto às posições com relação às eleições presidenciais, o quadro se altera, visto que as Assembleias de Deus

aderiram institucionalmente à defesa da candidatura de Jair Bolsonaro, e suas lideranças manifestaram-se duramente quanto a posições de políticos como Eliziane Gama, que manifestaram apoio à candidatura de Fernando Haddad no segundo turno das eleições.

Além do pragmatismo, no entanto, o que está em questão aqui é uma discussão mais geral que remete à reconfiguração contemporânea das legitimidades políticas contemporaneamente, e com elas, do próprio significado das categorias de “Direita” e “Esquerda” no Brasil, em termos de um conflito político cultural. Sem que haja tempo para discutir a temática detalhadamente aqui, partimos de uma visão muito convergente com a leitura realizada por Ronaldo de Almeida (2020) segundo o qual ocorrem hoje uma série de enquadramentos que polarizam, homogeneizam e naturalizam as identidades no espaço público atualmente. Como destaca:

Como o campo de forças no Brasil está fraturado e polarizado pelo menos desde as eleições de 2014, os indexadores esquerda e direita reacenderam suas cores e outras séries de oposição emergiram a partir da conjuntura pós-junho de 2013: petistas x tucanos, mortadelas x coxinhas, estatistas x privatistas, verde-amarelo x vermelho, petistas x bolsonaristas, morais x imorais, direitos humanos x homens direitos, corruptos x não corruptos, político x gestor, católicos tradicionais x católicos progressistas, evangélicos fundamentalistas x evangélicos progressistas, entre outras. E, como a oposição transversal a todas elas: petismo x antipetismo (ALMEIDA, 2020, p. 426).

Para retomar à exploração das percepções dos entrevistados, procuramos saber então como eles avaliavam a relação da Assembleia de Deus com os partidos e ideologias da esquerda. As respostas encontradas foram então absolutamente convergentes com a gramática de conflitos morais mencionados acima. Houve unanimidade na afirmação de que os partidos de esquerda eram contra a família, a moral e os bons costumes, deixando entrever, inclusive, que a culpa da corrupção, bem como da crise política e econômica que o Brasil enfrenta tem seus culpados identificados.

Resumidamente, e para utilizar o vocabulário dos entrevistados, a Assembleia de Deus em Imperatriz considera que a “esquerda é do demônio”, e “a direita é de Deus”. Muitos pastores dizem preferir votar em “um cachorro” que votar em algum candidato da esquerda (Entrevista com Moab César). Questionado sobre o que achava dos partidos de esquerda, o Pastor Raul, líder maior da IEADI, respondeu:

Existem dois pensamentos, o primeiro como, igreja, sempre está com pé atrás por causa da ideologia que vai de encontro à Bíblia. Ideologia, valorização do aborto, esses partidos que apoiam isso, há uma rejeição. Por outro lado, existe o planejamento de Deus para o mundo. Deus e os profetas disseram que isso iria acontecer, todas essas coisas estão preditas nas Escrituras. Então é preciso que alguém cumpra essas coisas, porque é bíblico (Entrevista Pastor Raul, 26/02/2021).

Para o pastor Raul, seguindo a expectativa bíblica em relação ao final dos tempos, de uma ampla degradação moral, ele acredita que os partidos de esquerda são os instrumentos para cumprir esses propósitos, instaurando os dilemas morais que a sociedade pós-moderna vive atualmente. Para ele, as novas pautas no campo político, como a ideologia de gênero, aborto, legalização da maconha, são cumprimento da profecia, defendidas e promovidas por agentes negativos com os quais a igreja não se aliaria.

Na sequência, questionados a respeito de quais partidos os entrevistados teriam votado nas últimas eleições, dois deles declararam que para o governo do Estado não votaram no candidato do PCdoB, atual governador, exclusivamente por conta do partido. Os demais declararam apoio ao candidato Flávio Dino, justificando os votos em função da confiança em pessoas, e não em siglas partidárias. Esse mesmo padrão flexível de avaliação do apoio a candidaturas pode ser exemplificado, novamente, pela comparação das estratégias em diferentes níveis federativos. Assim, enquanto para o Senado, a IEADI demonstrou apoio ao CIDADANIA, tendo como grande liderança a filha de um pastor, Eliziane Gama, e Weverton Rocha, do PDT, ambos eleitos com atuação destacada no polo mais à esquerda. Em relação aos presidenciais, dos 7 entrevistados, somente 1 não votou no candidato do PSL. As razões expressas podem ser apreendidas neste trecho de uma das entrevistas, que consideramos bastante representativo do universo pesquisado:

Qual foi o seu último candidato à presidência? Por que escolheu esse candidato?

Bolsonaro, por falta de opção, eu votei nas eleições anteriores na Marina. Nós, evangélicos, não temos muitas opções. Surgiu uma opção em 2012 com Garotinho, teve muito voto dos evangélicos no Brasil, mas se envolveu em investigações, decepcionando os evangélicos. Aí surge Marina e Pastor Everaldo. Marina passou a ser a candidata do voto evangélico. Nas últimas eleições Marina foi encurralada com perguntas e questionamentos ideológicos, ideologia de gênero, casamento gay, homossexual, essa questão de aborto ela não correspondeu com que o povo evangélico queria. (Entrevista pastor Célio Henrique, 04/01/2021).

Quando questionados, por fim, a respeito de como o voto é trabalhado dentro das igrejas e as estratégias acionadas, os entrevistados destacaram o trabalho cotidiano realizado com pastores e membros de congregações através de eventos, palestras e campanhas para a canalização dos votos assembleianos. Como demonstramos na pesquisa mais geral, a estratégia dos pastores engloba desde reuniões periódicas até chamadas de reuniões ministeriais para divulgação dos candidatos oficiais que a igreja deve apoiar nas eleições (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Além desses encontros mensais em cada congregação, mobilizam-se também líderes de departamentos, como o de jovens e o

de mulheres, que são instrumentalizados como efetivos cabos eleitorais.

Essas estratégias mais discretas se justificariam, por outro lado, como um efeito da própria atuação do Ministério Público no sentido de coibir o uso do púlpito para campanha política, bem como a utilização direta de reuniões no templo com fins direta e explicitamente eleitoreiros. Conforme esclarece o Pastor Célio, como não seria mais possível entrar na igreja e fazer uma reunião fechada, a saída foi recorrer mais diretamente às lideranças, “onde as coisas fluem”, porque “agora, você tendo a liderança, você consegue trazer o povo” (Entrevista, Célio, 04/01/2021). No tempo da política, propriamente dito, outra estratégia eficiente – desta feita, não tão discreta – consiste em levar o candidato em determinada congregação, apresentá-lo como candidato oficial, conceder uma rápida saudação e, ao final do culto, entregar santinhos na porta do templo pedindo voto. Em um culto de jovens que pudemos observar, ao término, os presentes foram conclamados ao anexo da igreja, onde foi apresentado um dos candidatos apoiados oficialmente pela igreja, acompanhado do pedido de apoio majoritário ao escolhido.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a questão das relações de força, diretas e indiretas, entre religião e ação política não constituem novidade no campo das ciências sociais brasileiras e, mais particularmente, o tema das relações entre as igrejas evangélicas, candidaturas e eleições esteja longe de constituir uma novidade, poucos têm sido os trabalhos que têm optado por uma abordagem centrada sobre as lógicas, itinerários, perfis e pontos de vista dos indivíduos que se destacam por esses investimentos. Parece útil recordar então, à guisa de conclusão, que mesmo havendo uma inegável translação das estratégias de presença evangélica na cena pública ao longo das últimas décadas - e que, como vimos, as Assembleias de Deus constituam talvez um dos exemplos mais acabados de seleção e preparação de candidatos escolhidas pelas lideranças religiosas (BAPTISTA, 2007) – a compreensão das particularidades dessa modalidade de participação política não se resume às lógicas organizacionais de seleção e orientação de atividades.

Para responder a essa questão, na presente pesquisa, tentamos combinar três níveis de análise das peculiaridades do processo de politização evangélica, cuja menção agora pode ser útil para delimitar um campo possível de investigações futuras. De início, no nível das relações com o contexto político, procuramos objetivar sinteticamente as transformações das relações entre os evangélicos e a política tomando como marco o Regime Militar, instituído no Brasil a partir da década de 1960. O recorte, obviamente, poderia ser anterior, visto que há uma variedade de engajamentos e modulações da

identidade evangélica com o passar do tempo no Brasil (BURITY, 1997) cujo estudo poderia complexificar nossa visão sobre o fenômeno em pauta. Se as relações institucionais e/ou organizacionais de cada religião evangélica definem uma estratégia coletiva de presença no mundo, o recurso à abordagem historiográfica leva a considerar que essa forma de participação política pôde variar desde um padrão de *retração* (como quando ocupavam a condição de minoria religiosa no início do século), para até mesmo posições de maior *cumplicidade* ou de *contestação* do poder político. E isto tanto do ponto de vista diacrônico, quanto também no sincrônico.

Em um segundo nível localizaríamos as dimensões mais propriamente institucionais que filtram e controlam a seleção de candidaturas e a constituição dos representantes. Aqui entram em pauta desde as peculiaridades do ethos religioso, as particularidades do processo de institucionalização e as lógicas próprias de enquadramento, filtragem e preparação dos agentes encarregados de se investirem na política. Dessa perspectiva, foi possível notar no universo das Assembleias de Deus de Imperatriz e, particularmente, dentro do conjunto dos entrevistados, que as chances de ser selecionado para exercer a função de político com apoio institucional ultrapassa largamente a mera vinculação institucional. É no capital familiar e de relações de reciprocidade nos círculos centrais que encontraremos os trunfos mais valiosos dessa seleção.

Em um terceiro nível, que designaríamos como individual, localizamos tanto as propriedades sociais destes indivíduos, como já mencionadas, quanto as percepções subjetivas desses agentes sobre suas trajetórias, a respeito dos condicionantes de seus investimentos na política e suas posições com relação à mediação que realizam entre as esferas sociais em pauta. E é neste ponto em que o refinamento da análise pode ajudar a compreender o universo em pauta de uma perspectiva menos substancializada, dando espaço para apreender algumas das ambiguidades e peculiaridades desse modo de participação política.

Tendo em vista essas dimensões de análise, compreendemos que o universo de atores selecionados possui algumas características que merecem ser ressaltadas. A começar pelo fato de que se trata de uma pequena parcela que já gozava de certa familiaridade com o universo da política em seus processos de socialização familiar e/ou escolar. Esse aprendizado do gosto pela política é duplicado pela posse de relações de parentesco, proximidades ou pertencimento efetivo à cúpula da hierarquia denominacional (filhos, parentes, amigos, pastores...), com o que se pode granjear mais facilmente a aceitação e o apoio dos pares. Outro aspecto importante diz respeito à ocupação de posições de destaque na cidade, dentro e/ou fora da instituição, o que favorece um trânsito mais regular por uma multiplicidade de espaços sociais. Além das suas propriedades

profissionais, a posse de formação superior e até mesmo as condições socioeconômicas parecem destoar da maior parte dos fiéis das Assembleias de Deus, a não ser pelo fato de serem majoritariamente homens.

Por outro lado, quando passamos para o plano das percepções sobre as ideologias políticas partidárias, notamos que embora os discursos sejam convergentes na etiquetagem polarizada da direita e da esquerda e que recubram uma série de divisões morais, os postos ocupados na burocracia estadual e a variedade das passagens partidárias dos entrevistados revelam notável flexibilidade e pragmatismo nas relações, o que vai ao encontro não apenas dos perfis de representantes eleitos pela Igreja (BAPTISTA, 2007), como também demarcam características convergentes com o próprio comportamento eleitoral evangélico (BURITY, 2020). Pouco importa aqui estabelecer um julgamento a respeito dessas opções ou vaticinar sobre a continuidade ou não dos padrões identificados. Nossa opção, muito mais modesta, foi a de tomar essa configuração relacional, historicamente localizada, como um laboratório para o estudo dos temas dos cruzamentos entre a religião e política com todas as ambiguidades e complexidades que o tema suscita contemporaneamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adroaldo José da Silva. Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da **Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2016.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 419-436, 2020.

ALVES, Sebastião Cleyton. **História da Assembleia de Deus em Imperatriz**. Imperatriz: IEADI, 2002.

AYRES, Marcelo Camurça Lima. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.

_____. Um Poder Evangélico no Estado Brasileiro? Mobilização Eleitoral, Atuação Parlamentar e Presença no Governo Bolsonaro. **Nupem**, Campos Mourão, v.12, n.25, 2020.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo dos Campos: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

_____. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no congresso nacional (1999-2006)**. Tese (Doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BURITY, Joanildo. Entre o reino de Deus e a autoridade civil: pentecostais, cultura e política. *In*: Idem. **Identidade política no campo religioso**. Recife: Editora da UFPE, 1997.

_____. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (orgs.). **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Unicamp, 2018. p.15-66.

_____. ¿Ola conservadora y surgimiento de la nueva derecha cristiana brasileña? la coyuntura postimpeachment en Brasil. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v.22, e020015, 2020.

_____. Sociologia da religião no Brasil: artesanias, fronteiras e horizontes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB**, v. 25, p. 1-25, 2020.

CAMURÇA, M. A. Da “Boa” e da “Má vontade” para com a Religião nos Cientistas Sociais da Religião brasileiros. Comentários a propósito do balanço realizado por Antônio Flávio Pierucci sobre a produção acadêmica da Sociologia da Religião no Brasil, nos últimos 25 anos. **Religião & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 67-86, 2001.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus**. Belém: CPAD, 1960.

COSTA, Moab César Carvalho. **Mudança de ethos do pentecostalismo clássico para o neopentecostalismo**. Estudo de caso: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA. (Mestrado em Ciência da Religião). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

_____. **O aggiornamento do pentecostalismo: as Assembleias de Deus no Brasil e na cidade de Imperatriz-MA (1980-2010)**. (Doutorando em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2017.

_____. **As estratégias de inserção das Igrejas Assembleias de Deus no Campo Político e a Ressignificação dos valores do Pentecostalismo Clássico (1985 – 1986)**. Recriar: São Paulo, 2018, p.187 – 203.

FRANKLIN, Adalberto. LIMA, Valdizar. **Repressão e resistência em Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2016.

FRESTON, Paul. **Protestante e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese (Doutorado em Sociologia). Unicamp, 1993.

_____. Entre o pentecostalismo e o declínio do denominacionalismo: o futuro das igrejas históricas no Brasil. In: CAMPOS, Leonildo Silveira; GUTIÉRREZ, Benjamin F. (Org.) **Na força do Espírito: os pentecostais na América Latina: um desafio às igrejas históricas**. São Paulo: AIPRAL/Pendão Real, 1996.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, p.47-52, 2004.

GRILL, I. G.; SEIDL, Ernesto. A politização do espaço social. **Revista Política e Sociedade**, v. 16, p. 7-17, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; Burity, Joanildo A. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. **Dados** (Rio de Janeiro. Impresso), v. 57, p. 601-631, 2014.

MARIANO, Ricardo. **Neo Pentecostais: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil**. São Paulo:

Loyola, 2005.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e missão**: religiosos e ação política no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

NERIS, Wheriston Silva; SEIDL, Ernesto. Religiões e Religiosidade no Brasil: **História, Historiografia e Ensino**/ Ítalo Domingos Santirocchi, Márcia Milena Galdez Ferreira, Wheriston Silva Neris, (Orgs.). São Luís: UEMA, 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Bezaliel Alves. **Religião e política**: As estratégias de Inserção e Reinserção das Assembleias de Deus na Política Brasileira. (1986 - 2018). Dissertação (**Mestrado em Sociologia**), Imperatriz, 2021.

PANTOJA, V. M. L., & PEREIRA, J. M. (2017). Grandes projetos e populações tradicionais na amazônia: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, 1(45).

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p.104-132, 1989.

PIERUCCI, A. F. Sociologia da religião: Área impuramente acadêmica. *In*: PIERUCCI, A. F. et al. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: Sociologia. São Paulo/Brasília: Anpocs/Sumaré/Capes, 2002. v. 2. p. 237-285.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social** [online]. 2017, v. 29, n. 2.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Uma perspectiva histórica sobre construções de identidades religiosas**: a Assembleia de Deus em Imperatriz-MA (1986-2009). Dissertação (Mestrado em História) – UFG, Goiânia, 2010.

_____. A Assembleia de Deus e o Movimento Pentecostal na Cidade de Imperatriz (1952 – 2002): História, Memória e Identidade Cultural. **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.5, n.1, 2008.

_____. **A Expansão da Assembleia de Deus em Imperatriz - MA**: História e Constituição Identitária. UFG. Goiás, 2009.

Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA



Atena
Editora
Ano 2022



UFMA
PPGS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA

